

## A cultura e a criatividade sobem de valor

OS ESTUDOS EUROPEUS (e/ou tendo como objecto os Estados membros da UE), publicados desde 2006, sobre a importância da cultura nas economias contemporâneas, convergem no sentido da valorização sensível das actividades artísticas, culturais e criativas. Já o relatório *The Economy of Culture in Europe*, desse ano, mostrava que as actividades culturais representavam em média 2,6% do PIB europeu, atingindo ou ultrapassando os 3% em países como o Reino Unido, a França e a Dinamarca.

Também em Portugal, um estudo encomendado pelo Ministério da Cultura à sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados, e divulgado em Janeiro de 2010, revela que o “Sector Cultural e Criativo” (SCC) gerou, em 2006, 2,8% de toda a riqueza criada em Portugal, sendo responsável por um valor acrescentado bruto (VAB) de 3.691 milhões de euros. A relativa surpresa causada pelo atingimento deste valor justifica, para os autores do estudo, uma nova atenção ao papel da cultura e da criatividade na economia nacional.

Nesse ano de 2006, as Indústrias Culturais (Cinema e Vídeo, Edição, Música, Rádio e Televisão, *Software* Educativo e de Lazer) foram o principal domínio de actividades do sector, representando 4/5 (79%) do seu VAB. As “Actividades Criativas” (Arquitectura, *Design*, Publicidade, Serviços de *Software* e Componentes Criativas em Outras Actividades) representaram 14%; e as “Actividades Culturais Nucleares” (Artes Performativas, Artes Visuais e Criação Literária, Património Histórico e Cultural), 8%.

Sintetizam-se a seguir alguns dos mais significativos indicadores constantes do estudo: no seio das indústrias culturais, os subsectores da edição e da rádio e televisão geraram, só por si, quase metade (47%) da riqueza produzida no SCC, confirmando a polarização e desequilíbrio no peso relativo dos seus diferentes segmentos. A criação de riqueza (VAB) do SCC acompanhou, entre 2000 e 2006, o ritmo da economia nacional, expresso num crescimento cumulativo de 18,6% (à taxa média de crescimento anual de 2,9%).

Em termos de emprego, a expressão do sector (127 mil postos de trabalho em 2006, 2,6%

do total nacional) é menor, mas revela um nível de qualificação e produtividade acima da média nacional. De 2000 a 2006, criaram-se perto de 6.500 empregos no mesmo universo. Em termos cumulativos, o emprego cresceu, aí, 4,5%, contra apenas 0,4% no total da economia. O destaque vai, de novo, para as Indústrias Culturais, onde se concentravam, em 2006, 4/5 dos postos de trabalho (79%) do sector; as Actividades Culturais Nucleares e as Actividades Criativas representavam respectivamente 11% e 10%.

No mesmo ano, o subsector da Edição era o principal empregador, detendo quase um terço (32%) dos postos de trabalho em todo o sector. Seguiam-se as actividades dependentes dos Bens de Equipamento (16%) e a Distribuição e Comércio (13%). Os trabalhadores ocupados em profissões culturais e criativas não incluídas na matriz do SCC eram 9.482, 7,5% do emprego total no sector.

Não é por acaso que a maioria dos dados manipulados pelos autores só contém indicadores até 2008, considerando-se, habitualmente, que um atraso de dois ou três anos nos dados disponíveis para tratamento é normal. Compreende-se, assim, que os autores insistam na necessidade premente de um grande esforço a desenvolver para dotar Portugal de estatísticas melhores, mais fiáveis, mais adaptadas às realidades em mudança, e mais actualizadas. A este respeito, sugerem concretamente os autores do estudo:

“A criação de uma *conta-satélite* como grande instrumento estatístico de coerência transversal na análise estatística do sector, a melhoria e aprofundamento das nomenclaturas estatísticas e a individualização dos fluxos do comércio de bens e serviços culturais e criativos, com maior rigor e detalhe nas estatísticas de comércio externo e balança de pagamentos externos constituem as prioridades imediatas neste esforço de promoção”.

### A importância da digitalização

Em sintonia com a orientação mais partilhada nas sociedades e economias desenvolvidas, os autores atribuem importância decisiva à produção e reprodução maciça de conteúdos em suporte digital (que constitui o novo fôlego

Subsector	VAB		Emprego	
	Milhões	%	Trabalhadores	%
Artes performativas	144	3,9	6.002	4,7
Artes visuais e criação literária	101	2,7	6.160	4,8
Património cultural	32	0,9	1.227	1,0
<b>Actividades nucleares</b>	<b>277</b>	<b>7,5</b>	<b>13.389</b>	<b>10,5</b>
Cinema e vídeo	165	4,5	6.020	4,7
Edição	1.264	34,2	39.793	31,3
Música	7	0,2	219	0,2
Rádio e televisão	488	13,2	9.914	7,8
Bens de equipamento	376	10,2	20.071	15,8
Distribuição/comércio	388	10,5	16.717	13,2
Turismo cultural	221	6,0	7.934	6,2
<b>Indústrias culturais</b>	<b>2.908</b>	<b>78,8</b>	<b>100.667</b>	<b>79,2</b>
Arquitectura	25	0,7	742	0,6
<i>Design</i>	7	0,2	242	0,2
Publicidade	18	0,5	387	0,3
Serviços de <i>software</i>	25	0,7	2.169	1,7
Componentes criativas em outras actividades	429	11,6	9.482	7,5
<b>Indústrias criativas</b>	<b>505</b>	<b>13,7</b>	<b>13.023</b>	<b>10,2</b>
<b>Total SCC</b>	<b>3.691</b>	<b>100</b>	<b>127.079</b>	<b>100</b>

### Contributo dos subsectores culturais e criativos para a criação de riqueza (VAB).

Fonte: Augusto Mateus & Associados, que criou também a matriz conceptual que o quadro exprime.

das indústrias culturais) e sua distribuição em rede nas plataformas mais adequadas, tendo em vista a disponibilização desses conteúdos à sociedade através das novas tecnologias da comunicação e da informação, elas próprias geradoras de riqueza, e assumindo-se como força motriz das sociedades do conhecimento.

“Os territórios e seus patrimónios terão, tarde ou cedo, de se revitalizar em torno da cultura.”

Fugindo à *langue de bois* em que tantas vezes se exprimem estudos como estes, os autores sublinham que a utilização das NTIC pelas actividades culturais e criativas “induz, em simultâneo, movimentos de recuperação da memória (recuperar o objecto da aplicação), movimentos de valorização da memória (requalificar o objecto da aplicação) e movimentos de divulgação da memória e de afirmação cultural no mundo (disponibilizar o objecto à sociedade global)”.

O acesso generalizado oferecido pelas NTIC aumenta o nível de percepção da cultura de cada país, de cada região ou comunidade, garantindo mais durabilidade aos conteúdos e a sua muito maior disseminação.

Regiões e comunidades podem encontrar nas novas plataformas comunicacionais instrumentos de valorização e revitalização que

se torna cada vez mais imperdoável menosprezar. E cada vez mais, o acesso a conteúdos culturais digitalizados e disponíveis em rede torna-se num instrumento de primeiro plano da educação, gerador de novos públicos e estimulador da procura, que conduz a uma oferta mais diversificada e qualificada.

O meio artístico e cultural português, muito dominado, como outros, pela figura do “autor” herdada do romantismo, dá por vezes mostra que não ter ainda interiorizado a importância das novas plataformas digitais na divulgação e distribuição das suas criações. Por exemplo, um estudo recente financiado pela FCT (*Principais tendências no cinema português contemporâneo*), coordenado pelo autor destas linhas no âmbito do CIAC (Centro de Investigação em Artes e Comunicação), dá conta do relativo alheamento dos cineastas portugueses (sobretudo realizadores), mesmo os das novas gerações, face ao potencial de distribuição e de divulgação das suas obras em plataformas como a *internet*.

Também no domínio da edição livreira, é muito irregular o panorama da informação disponível na mesma plataforma sobre a actualidade editorial e sua recepção.

### Património e território

As actividades culturais geradoras de riqueza sediam-se historicamente nos principais centros urbanos, e Portugal não escapa a essa regra. À margem desta evidência, que todos os números confirmam, sabe-se como

## A CRISE, O QREN, A CULTURA E A CRIATIVIDADE

Em tempo de crise como o confirmado pelo Orçamento de Estado português para 2011, que abre um período recessivo e de “garrote” das despesas e financiamentos do Estado que se estenderá previsivelmente até 2013, podendo o quadro económico-financeiro agravar-se em 2014 e acabar, no conjunto, por se estender por uma década, que espaço subsistirá, em Portugal, para a sustentação e desenvolvimento do sector cultural e criativo?

Escrevemos num momento em que a garantia da “passagem” desse Orçamento na generalidade não se estende à da sua passagem na especialidade, e em que crescem as vozes dos que prefeririam a intervenção próxima do FMI em Portugal.

O nível de vida, os consumos e despesas privadas diminuirão em função da dimensão da crise, e a experiência mostra que boa parte do sector cultural e criativo tem tendência a ser uma das primeiras vítimas do agravamento da situação económico-financeira do país. Ao nível dos agentes culturais e criativos (tal como definidos no relatório da Augusto Mateus & Associados), a falta de confiança, o cepticismo e o abandono de iniciativas arrojadas (iniciativas que serão inevitavelmente desenvolvidas em contraciclo), tenderão a agravar-se.

Num tal contexto, pode revelar-se de importância crucial para a sustentação do sector o enquadramento de actividades e projectos culturais e criativos em universos como o do último Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), onde se inscrevem as orientações para a intervenção estrutural comunitária no período 2007-2013. Com efeito, entre os objectivos fundamentais do planeamento e programação do QREN, conta-se o de “promover níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial”, traduzido em três programas temáticos de aplicação multi-territorial (Factores de Competitividade, Valorização do Território e Potencial Humano), complementados por programas operacionais regionais “assegurando-se, assim, a prossecução à escala regional (...) das prioridades temáticas relativas aos factores de competitividade e à valorização territorial”.

Recorde-se que, por exemplo na área do financiamento de cinema e do audiovisual, a Espanha conseguiu utilizar verbas provenientes do equivalente ao QREN português, valorizando a actividade destes dois subsectores do universo cultural e criativo no âmbito de projectos de desenvolvimento regionais.

A título de exemplo do que parece possível — ainda — fazer-se em Portugal, considere-se a candidatura apresentada pelo município de Tomar, associado aos de Alcobça, Batalha e Lisboa e ao IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico), tendo como parceiros a Direcção-Geral das Artes e o Instituto dos Museus e da Conservação, ao programa da Região Centro “Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos” — candidatura aprovada e que envolve um investimento total de 15.384.614,00, sendo elegíveis 14.923.076,00 (comparticipação a 65% do programa MaisCentro, no valor de 8.099.999,05, e da PorLisboa, no valor de 1.600.000,35), distribuído entre 2009 e 2012. O IGESPAR candidatou complementarmente a este projecto, no âmbito do QREN, um outro, “Rota dos Mosteiros Portugueses Património da Humanidade da Região Centro”, abrangendo os três grandes conjuntos monásticos da região — Mosteiros de Alcobça e da Batalha

e Convento de Cristo — que prevê intervenções “no âmbito da melhoria das suas condições de fruição e valorização, salvaguarda e preservação, prevenção de riscos e segurança, nos conjuntos e respectivas envolventes”.

O programa assenta em seis “eixos-base”: Identidade, Atractividade, Receptividade, Interactividade, Visibilidade e Continuidade/Qualidade, e prevê nove linhas de intervenção que a seguir se enumeram:

1. Qualificação dos espaços públicos simbólicos;
2. Promoção de eventos emblemáticos e animação das cidades como pólos culturais;
3. Vivificação do património e qualificação dos equipamentos culturais;
4. Criação de roteiros de visita e interpretação do território;
5. Recepção de visitantes;
6. Qualificação dos serviços turísticos;
7. Plataforma digital turística da rede de cidades;
8. *Marketing*, promoção e comunicação;
9. Missão ‘Mosteiros de Portugal Património da Humanidade’, de cooperação interurbana”.

O IGESPAR lidera a candidatura nos seguintes objectivos: garantir a programação cultural anual das cidades articuladas em rede, e assente nos mosteiros envolvidos; criar programas de visita e produzir conteúdos de interpretação; realizar encontros científicos anuais em cada mosteiro, incidindo sobre a sua especificidade.

Exemplos como este ajudam porventura a conceptualizar como, nas linhas de intervenção acima descritas, o sector cultural e criativo pode estar mais presente, ora propondo-se os seus agentes como parceiros de instituições responsáveis por candidaturas ao QREN, ora assumindo-se como produtores a contratar em regime de *outsourcing* nas respectivas especializações. Uma nova atenção ao território e seus patrimónios, centrada nos seis “eixos-base” atrás mencionados, poderia ampliar significativamente o âmbito de acção dos agentes do sector, sendo-lhes, necessariamente, exigida maior interacção institucional, mais capacidade de discussão/negociação de projectos e mais atenção aos parceiros regionais e/ou municipais.

O Ministério da Cultura, ora através do seu aparelho central, ora através das suas Direcções Regionais de Cultura e Direcção Geral das Artes, poderia desempenhar um papel teoricamente motor na incrementação de tais articulações, enquadrando e fomentando o empreendedorismo nas áreas culturais e criativas, e favorecendo o *interface* entre os agentes do sector e as instituições ou organizações responsáveis por candidaturas aos últimos financiamentos do QREN.

Afinal, o QREN identificou como seu primeiro princípio-chave, ao nível operacional, para inspirar a sua programação, a “concentração do apoio em actividades que produzam resultados e efeitos económicos, socioculturais e de qualificação territorial”, e, na própria definição da sua identidade, afirma-se que pretende garantir a “provisão de estímulos à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico, incentivos à modernização e internacionalização empresariais, incentivos ao investimento directo estrangeiro qualificante, apoio à investigação e desenvolvimento e promoção da sociedade da informação e do conhecimento.”

a conservação, manutenção e recuperação do património edificado, articulada com a valorização de regiões, tende tradicionalmente a ocupar um dos lugares mais relevantes nas políticas públicas da Cultura. Nesta perspectiva, recomenda o estudo, “a presença activa num mundo crescentemente globalizado exige *olbar* a requalificação e a dinamização do património e a consolidação e desenvolvimento da museologia e de equipamentos culturais relevantes como factores de competitividade, construindo modelos de desenvolvimento regional capazes de atrair actividades e pessoas”.

Significa isto que os territórios e seus patrimónios terão, tarde ou cedo, de se revitalizar em torno da cultura (como mostraram

em Portugal as cidades “reanimadas” por novas Universidades), de modos tão diversos como alcançando a sua inscrição em circuitos turísticos internacionais, participando em redes de comunidades geradoras de conteúdos culturais e em investigação e desenvolvimento aplicadas aos domínios que lhes dão identidade. Será fundamental articular cultura e educação, também em matéria de políticas públicas nacionais, regionais e locais — um caminho que Portugal pouco tem trilhado.

O estudo recomenda aos decisores públicos nacionais que “os projectos a incentivar devem ser encarados numa perspectiva de rendibilização económica alargada e de sustentabilidade, devendo por isso contemplar,

na sua programação, a definição das áreas de impacto expectáveis, do valor acrescentado que encerram, dos efeitos mobilizadores que preconizam, quer sobre a requalificação e revalorização de um determinado património histórico-cultural, quer sobre a competitividade do território onde este se localiza”.

Hoje, territórios e regiões competem directamente uns com os outros, com a sua reputação, notoriedade e prestígio, na captação de novos residentes, visitantes, públicos nacionais e internacionais. A projecção, nacional e internacional, de determinado território ou região depende geralmente de um conjunto de factores em que avultam a sua história, os seus produtos tradicionais, as instituições nele sediadas, o seu patrimó-

nio natural ou edificado, os acessos. Mas a estes valores tem hoje de se acrescentar um segundo fôlego da valorização, mais centrado numa releitura alargada das suas potencialidades culturais. ■

### Documentos citados

- O sector cultural e criativo em Portugal* — Estudo para o Ministério da Cultura, Augusto Mateus & Associados, relatório final, Janeiro de 2010, disponível no *site* do MC, versão pdf, 132 pp.
- Novas & Velhas Tendências no Cinema Português Contemporâneo* (editado no âmbito do projecto “Principais Tendências no Cinema Português Contemporâneo”, coord. João Maria Mendes, ed. Biblioteca da ESTC apoiada pelo Centro de Investigação em Artes e Comunicação, Outubro de 2010, 440 pp.
- The Economy of Culture in Europe*, KEA European Affairs, Outubro de 2006, estudo encomendado pela Comissão Europeia, 354 pp.